



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE LÍNGUAS

ALINE REGINA CHAVES PETRARCA DE LEON

ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÕES ESCOLARES EM UMA ESCOLA
PÚBLICA NA CIDADE DE BAGÉ: UM DESAFIO ATRAVÉS DA ANÁLISE DO
DISCURSO

BAGÉ

2025



ALINE REGINA CHAVES PETRARCA DE LEON

ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÕES ESCOLARES EM UMA ESCOLA
PÚBLICA NA CIDADE DE BAGÉ: UM DESAFIO ATRAVÉS DA ANÁLISE DO
DISCURSO

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Ensino de Línguas da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Mestre em Ensino de Línguas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carolina
Fernandes

Bagé

2025

SISBI/Folha de Aprovação

Aline Regina Chaves Petrarca de Leon

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

dL579a de Leon, Aline Regina Chaves Petrarca

ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÕES ESCOLARES EM U MA ESCOLA PÚBLICA
NA CIDADE DE BAGÉ: UM DESAFIO ATRAVÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO /
Aline Regina Chaves Petrarca de Leon.

63 p.

Tese(Doutorado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO
PROFISSIONAL EM ENSINO DE LÍNGUAS, 2025.

"Orientação: Carolina Fernandes".

1. Análise do Discurso. I. Título.

**ARGUMENTAÇÃO EM PRODUÇÕES ESCOLARES EM UMA ESCOLA PÚBLICA
NA CIDADE DE BAGÉ: UM DESAFIO ATRAVÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ensino de
Línguas da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em
Ensino de Línguas.

Dissertação defendida e aprovada em 01 de setembro de 2025.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Carolina Fernandes
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Andréa Rodrigues
(UERJ)

SISBI/Folha de Aprovação 1811048 SEI 23100.013646/2024-18 / pg. 1

Prof. Dr. Adriano de Souza
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **ADRIANO DE SOUZA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/09/2025, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Andréa Rodrigues, Usuário Externo**, em 03/09/2025, às 23:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CAROLINA FERNANDES, Coordenador(a) do Programa**, em 15/09/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1811048** e o código CRC **0EAE24C4**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai e minha mãe, dois professores que, fisicamente, não estão mais comigo, mas foram os que mostraram que a educação tem um poder transformador e fizeram eu acreditar através das suas práticas que é possível mudar o mundo através dela.

À UNIPAMPA e ao seu corpo docente pelos ensinamentos, trocas, aprendizados e toda dedicação, carinho, acolhimento sempre a mim dispensados.

Agradeço, principalmente, a minha orientadora Professora Dra. Carolina Fernandes por me pegar pela mão e muitas vezes acreditar mais em mim do que eu mesma, sem ela, certamente, não estaria aqui.

A minha turma do MPEL 2023 que foi incrível ao longo desses dois anos, sem nunca ter soltado a minha mão, um grupo importante na caminhada de cada mestrando.

A minha banca na pessoa dos Professores Adriano e Andrea pelas valiosas contribuições na qualificação e pelo olhar generoso ao meu trabalho.

Aos meus alunos que são a razão disso tudo, agradeço pela paciência comigo nos momentos de dúvida, agradeço pela imensa troca que temos e pelo afeto que sempre recebo nos dias que mais preciso.

Aos meus amigos que entenderam a minha ausência, que ouviram por dois longos anos minha fala sobre Análise do Discurso sem entender e nem aguentar mais.

A minha Escola a qual me orgulho em fazer parte, por aceitar e me acolher em meu fazer pedagógico, agradeço minhas duplas de trabalho: Paola, Wallace, Lucimar, Helen, vocês são parte importante desse processo.

Aos meus parceiros de jornada, meu marido e meu filho, que são as duas pessoas mais importantes da minha vida, meu agradecimento

eterno por me impulsionarem a ser cada dia melhor, confiarem em mim,
se alegrarem comigo e serem meu lugar de afeto.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD Análise do Discurso

FD Formação Discursiva

FI Formação Ideológica

UDD Unidade Didático Discursiva

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira

SUMÁRIO

RESUMO	2
1. INTRODUÇÃO	4
1.1 Trajetória Acadêmico Profissional	4
1.2 Contextualização da Problemática	7
1.3. Objetivos	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Conceitos-base da Análise do Discurso	10
2.2 Argumentação	13
2.3 Texto, Autoria e os Processos de Paráfrase e Polissemia	16
2.5. Arquivo pedagógico	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA	25
3.1 Procedimentos metodológicos da intervenção	27
3.1.2 Unidade Didático-discursiva	28
5	31
3.1.3 Síntese da Unidade Didático-Discursiva	31
4. A Argumentação na redação modelo Enem	32
4.1. A argumentação a partir do uso dos conectores	32
4.2. A argumentação a partir do repertório sociocultural mobilizado	35
4.3. Mobilização do arquivo pedagógico	38
4.3.1 Esquetes	43
6. Considerações finais	50

RESUMO

Essa dissertação de mestrado tem por objetivo desenvolver um estudo sobre a prática de ensino do texto argumentativo pelo viés da Análise do Discurso de cunho materialista. Nessa perspectiva, foram consideradas as condições de produção, a paráfrase e a polissemia, como também as formações discursivas e ideológicas às quais se filiam os alunos de uma escola pública na cidade de Bagé. A partir da escrita dos sujeitos-alunos, em textos modelo ENEM (redações do Exame Nacional do Ensino Médio), foi analisado o funcionamento da argumentação e identificadas as formações discursivas com as quais os alunos se identificam, com isso pudemos intervir a fim de fomentar a assunção do aluno à posição de sujeito-autor. Entendemos o texto como materialidade discursiva e atentamos para as diversas construções que puderam evidenciar, contradizer ou até mesmo embasar a ideologia materializada nos textos. Foi feita a análise do *corpus* que era composto de textos redigidos por alunos do terceiro ano do ensino médio, no modelo Enem, a fim de evidenciar os movimentos de paráfrase e polissemia, abordando os diversos aspectos de senso comum, incoerências, ou argumentos pouco consistentes que poderiam estar presentes em suas produções escritas. Esquetes montadas pelos alunos sobre o tema proposto foram analisadas e comparadas com os textos escritos. A partir dos resultados da pesquisa, foi elaborado um produto pedagógico no formato de *site* que funcionará como um passo a passo para profissionais que venham a trabalhar com a escrita argumentativa em textos do modelo ENEM.

Palavras-Chave: Análise do discurso, escrita, autoria, argumentação, ENEM.

Abstract

This master's dissertation aims to develop a study on the practice of teaching the argumentative text from the perspective of Discourse Analysis of a materialist nature. From this perspective, the conditions of paraphrase and polysemy were considered, as well as the discursive and ideological formations to which the students of a public school in the city of Bagé are affiliated. From the writing of the subject-students, in ENEM model texts, (National High School Exam essays) the functioning of the argumentation was analyzed and the discursive formations with which the students identify were identified, with this we were able to intervene in order to encourage the assumption of the student to the position of subject-author. We understand the text as discursive materiality and we pay attention to the various constructions that could evidence, contradict or even support the ideology materialized in the texts. The analysis of the corpus was carried out, which was composed of texts written by students of the third year of high school, in the Enem model, in order to highlight the movements of paraphrase and polysemy, addressing the various aspects of common sense, inconsistencies or inconsistent arguments that could be present in his written productions. Skits assembled by the students on the proposed theme were analyzed and compared with the written texts. From the results of the research, a pedagogical product was developed in the format of a website that will work as a step-by-step guide for professionals who will work with argumentative writing in texts of the ENEM model.

Key words: Discourse analysis, writing, authorship, argumentation, ENEM.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Trajetória Acadêmico Profissional

Minha trajetória como docente inicia bem antes do que tenho ciência, desde muito criança frequentei os locais de trabalho dos meus pais. Por ser filha de um casal de professores, e vivenciar todos os problemas da profissão, o exercício do magistério sempre foi algo distante dos meus planos profissionais mesmo após ingressar num curso de Licenciatura já com 37 anos. Ao longo do curso, costumo dizer que fui “picada” pela mosca da docência e da metade do curso em diante comecei a entender o papel docente e o meu lugar nesse mundo. Esse entendimento iniciou-se pela forma que eu acredito que se façam as relações ensino-aprendizagem: pelo afeto.

A admiração e a paixão que os meus professores tinham e a crença na efetiva mudança do mundo através da educação transformou, ampliou, remodelou e refez a ideia que eu tinha sobre a educação, mudou meu olhar, inclusive, acerca das práticas dos meus pais, que, na época, eu achava exagerada e desnecessária, hoje vejo como uma profunda dedicação ao fazer educacional com muito amor e excelência.

Esse “despertar” para a docência também se fez pela construção do meu eu enquanto sujeito “ideológico”, esse sujeito constituído pelo fazer ideológico desde a mais tenra idade. Sou um ser político e quando piso na sala de aula, minha ideologia a qual é intrínseca e inconsciente baseada nas fontes do materialismo histórico e oriunda da luta de classes, pisa comigo ou até mesmo antes de mim e nunca evitei isso mesmo em um ano de eleições conturbadas como tivemos e mesmo mediante meus superiores hierárquicos, pois acredito que assim se faz educação, de uma forma que contemple todos os princípios de uma educação libertadora.

Após concluir a graduação, a “missão” era, aos 41 anos, mudar e sair da zona de conforto para arriscar um mundo profissional novo, eu trabalhava há 22 anos em outro ramo bem diferente, o qual, eu tinha domínio e transitava com fluidez, facilidade e até certo prestígio. Fiz alguns concursos, fiz uma pós-graduação em uma rede privada e me inscrevi na seleção de contratos da rede estadual.

As aulas iniciaram, finalmente, de forma totalmente presencial e começamos a trilhar um caminho de busca do que foi perdido durante a pandemia, nos deparamos com várias intempéries, alunos que não estavam mais acostumados a permanecer em sala de aula, alunos que saíram do ensino fundamental direto para o terceiro ano e alunos com muitas vulnerabilidades sociais acentuadas ou surgidas nesse período pandêmico. Entender esse papel de professora em meio a esse ambiente múltiplo fez com que eu precisasse construir e desconstruir, muitas vezes, as crenças que eu tinha sobre ser uma professora ideal ou sobre ser a professora que meus alunos precisam. Não tenho essa pretensão de ser uma professora perfeita, mas tenho a pretensão e o ideal de ser a professora que meus alunos precisam que eu seja naquele momento, pois é esse o meu propósito como educadora.

O ano de 2022 foi também o início de um trabalho efetivamente contundente de escrita e reescrita de textos, por trabalhar exclusivamente com terceiros anos e com a responsabilidade de desenvolver textos para a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), comecei a propor escritas que possibilitassem aos alunos uma reflexão sobre temas atuais, temas em pauta na sociedade e temas que fossem prováveis propostas que poderiam ser abordadas no Enem .

Não raro, surgiam nessas aulas, debates de cunho político pois estávamos em um ano de eleição e meu perfil como professora é o de uma professora consciente do meu papel social em sala de aula, consciente do meu papel como educadora e atuante no propósito de transformação no melhor estilo freiriano que possamos ser.

Durante o trabalho de escrita e reescrita textual, me deparei com desafios enormes que, muitas vezes, não soube como resolver, ou até mesmo, posso dizer, não soube como conduzir, temos uma geração que aprecia pouco a leitura talvez porque a leitura literária esteja um pouco distante da modernidade líquida a qual vivemos e com isso temos professores distantes da literatura como prática diária. Como sou leitora, notei que isso influenciou de certo modo meus alunos a buscarem algum tipo de saber literário e, com isso pude notar na escrita no que tange vocabulário ou até mesmo um esboço de opinião, um progresso nesse sentido.

Porém o que me questiono nesse tempo acompanhando a escrita dos alunos é que eles pouco opinam sobre o mundo que os cerca, eles não emitem juízo de valor, opinião, “achismo”, “pitaco”, o que for, na escola eles permanecem numa zona de suposta neutralidade numa atitude defensiva de não querer se colocar no mundo, não querer se expor, e até mesmo posso dizer, não se permitir ser sujeito nesse espaço-tempo que coabitamos, com isso, meu questionamento acerca da argumentação desses alunos nos textos é o que motiva minha pesquisa: onde está esse sujeito autoral? Como despertá-lo?

Percebo, nas escritas, vozes de outros locais da sociedade, vozes da igreja, da família, do grupo dominante, vozes da internet, do influencer, do MC, vozes que repetem um senso comum sem o mínimo teor argumentativo e sem a mínima ligação com esse perfil e com o contexto que esse aluno traz consigo. Vozes que ecoam e tornam-se verdades absolutas moldando o em torno sem a menor responsabilidade ou limite.

De onde vêm essas vozes? Por que elas têm tanta força? O que foi feito ou não para que essas vozes tenham conseguido emergir e se perpetuar? Se não perpetuar, ao menos, aparecer?

Sabe-se que a adolescência é uma fase em que os alunos realmente se escondem, querem ser iguais para passarem despercebidos, pertencerem a algum grupo, muitas vezes, anulando sua singularidade, seja nas roupas, nos gostos, nas atitudes, repetem esse senso comum e em tempos de cancelamento digital e *cyberbullying* isso se acentua de forma mais contundente. Ser diferente dá margem para que sejam excluídos, porém, é também nesse momento da vida em que se formam as opiniões, formam-se as ideologias, moldam-se os futuros adultos e a nossa mediação se faz de extrema importância.

Durante o ano de 2023, surgem no cenário digital, plataformas de inteligência artificial que dão ao aluno a possibilidade de escrita de um texto a partir de palavras-chave ou de ideias e sugestões, o famoso Chat GPT. Frente a esse “recurso” surge outro desafio docente, percebo alunos usando esse escudo, mais uma vez, como uma defesa para então eximir-se da responsabilidade de argumentar sobre tal fato, sobre alguma ocorrência ou perspectivas da vida. Como intervir fazendo essa mediação? Como usar a

inteligência artificial e as tecnologias a nosso favor? Como fazer desse aluno um sujeito-autor aquém e além das inteligências, dos grupos e das suas próprias inquietudes? Soluções ou caminhos para tais questionamentos são mote para pesquisa junto à Universidade, a qual sempre foi refúgio das minhas próprias inquietações.

1.2 Contextualização da Problemática

A partir do que foi dito anteriormente, o objetivo dessa pesquisa foi desenvolver um estudo sobre a prática de ensino do texto argumentativo pelo viés da Análise do Discurso de cunho materialista, em textos (redação modelo Enem) de alunos do 3º ano do ensino médio, na cidade de Bagé/RS, analisou-se o funcionamento da argumentação e os elementos significativos para a construção desta, observou-se a filiação da escrita a determinada formação discursiva. Busquei através do funcionamento da argumentação em textos produzidos por alunos do terceiro ano de Ensino Médio, observar a tomada de posição frente ao sujeito histórico, político e ideológico, entendendo o dizer produzido como argumento, não como elemento silenciador do outro, mas o dizer argumentativo que constitui as relações e discussões as quais almejamos que existam na sala de aula e na sociedade.

O problema de pesquisa aqui apresentado passou pelo suporte de escrita argumentativa para elaborar estratégias em uma unidade didático-discursiva com base na Análise do Discurso para o funcionamento da argumentação consistente no Ensino Médio. Argumentação essa bem fundamentada e de forma lógica e coerente. Foi também objetivo de pesquisa evidenciar que o aluno tenha subsídios necessários para a construção do seu dizer, criar debates em sala de aula e reflexões propiciando as várias filiações ideológicas na tentativa de abrir o campo a partir da polissemia e não mais a paráfrase numa repetição do senso comum e das vozes que tanto atravessam esse dizer.

Meu perfil de professora é aquele que preza pelo engajamento do aluno como um ser social o qual entendo que deve participar ativamente das discussões acerca dos rumos do país e das questões pertinentes ao bem-estar

e desenvolvimento dos contextos os quais estamos inseridos sejam eles; escola, igreja ou locais de lazer. Tendo em vista as diversas dificuldades na escrita dos alunos, ao trabalharmos produção textual a partir de elementos motivadores ou até mesmo debates e vídeos que fomentem a discussão, percebemos o entrave que eles enfrentam ao desenvolver os parágrafos argumentativos muitas vezes adentrando em discussões rasas ou superficiais por não terem conhecimento necessário que possa definir a identificação com uma formação discursiva específica.

Perceber que o papel do professor na formação de um aluno cidadão ou de um aluno sujeito-autor é primordial faz com que tenhamos um compromisso de aprimorar o ensino da escrita com intuito de levar esse aluno a desenvolver a argumentação. A partir da Análise do Discurso, temos a perspectiva de entender a forma como os processos discursivos de argumentação se desenvolvem, levando o aluno a refletir sobre a sua formação ideológica a qual será responsável pela origem dos seus argumentos e dos efeitos de sentido que podem surgir nos textos.

Pesquisar, enquanto professora do ensino médio, o funcionamento da argumentação para desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo à luz da análise do discurso permite que possamos intervir de forma efetiva na formação do sujeito-autor e, por conseguinte, na tomada de posição-autor pelo sujeito-aluno, o que favorecerá a formação deste como cidadão atuante na sociedade.

1.3. Objetivos

A Análise do Discurso materialista desenvolvida por Michel Pêcheux, na França, e por Eni Orlandi, aqui no Brasil, norteou o trabalho com o objetivo de compreender, a partir da escrita dos alunos, suas tomadas de posição em sala de aula e a quais formações discursivas tais textos se filiam para, então, analisar o funcionamento da argumentação. Conforme minha experiência como professora no componente de Redação, me deparei com alunos que apresentam certa dificuldade em argumentar de forma consistente por tratarem-se de alunos pouco familiarizados com textos que possam ajudá-los

no repertório sociocultural¹, com isso elaboram escritas que repetem o senso comum, muitas vezes, não se colocando no texto na posição de autor por falta de identificação no sentido de conhecimento e domínio de determinado tema ou assunto.

A partir da escrita, analisamos o funcionamento da argumentação nesta, observando as formações discursivas com as quais os alunos se identificam, com isso pudemos intervir com práticas que possam ajudar o aluno a assunção da posição de sujeito-autor. Entender o texto como materialidade discursiva e atentar para as diversas construções que podem evidenciar, contradizer ou até mesmo embasar a ideologia materializada nos textos é também parte dessa problemática.

Nosso trabalho visa construir saberes que possam levar o sujeito-autor a uma quebra no dizer circular da paráfrase e uma apropriação propriamente dita dessa tensão que é a polissemia, e, assim, levar esse sujeito a sustentar a formação discursiva com a qual se identifica, levando a uma redução da circularidade do dizer na paráfrase.

Através desse estudo, tivemos como objetivo construir uma proposta didática que possa contribuir para a formação de sujeitos-autores menos propensos a repetições meramente parafrásticas no campo da escrita e mais adeptos a uma interpretação singular. Nas seções seguintes traremos os conceitos básicos da análise do Discurso como: Argumentação, texto, autoria, paráfrase, polissemia bem como, o entendimento sobre o gênero “Redação ENEM”.

¹ Repertório sociocultural, conforme cartilha do participante do INEP, se configura como “uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribua como argumento para a discussão proposta” (INEP, 2025, p.15).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos-base da Análise do Discurso

Esse trabalho de pesquisa tem como embasamento teórico a Análise do Discurso, que é aquela teoria que analisa a prática da linguagem, em que se observa o homem tomando posição na sociedade. A partir dessa perspectiva teórica, buscou-se compreender a argumentação que é um desafio que permeia o fazer pedagógico a partir do meu olhar de professora-pesquisadora. Trazer a noção de sujeito colabora com a construção de todos os elementos necessários para abordar a escrita na perspectiva discursiva.

Como considero que a apropriação da linguagem é constituída socialmente, esse sujeito do qual falo não é, pois, o sujeito-em-si abstrato e ideal, mas o sujeito mergulhado no social que o envolve, e preso pois, da contradição que o constitui. Por isso prefiro a noção de processo, de interlocução. (Orlandi, 1987, p.33)

Para a Análise do Discurso (doravante AD), a noção de sujeito vem a ser um pilar importante quando diz que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia (Althusser, 1985), assim não pensamos num indivíduo cartesiano sem interpelação ideológica nenhuma, logo, nascemos sujeitos.

No que diz respeito aos elementos que compõem o arcabouço teórico da AD, o Esquecimento nº 1, segundo Michel Pêcheux (1988), indica que o sujeito não é dono do seu dizer, o sujeito tem a ilusão de que é a origem do seu dizer, ele “esquece” que o seu discurso não nasce nele, esquece simbolicamente pelo fato de ser inconsciente. A AD considera a exterioridade como elemento fundamental nas produções de sentido, já que as palavras se constituem pela exterioridade, assim o contexto social e histórico em que os discursos estão sendo produzidos é fundamental para a construção do sentido, e o esquecimento nº 1 produz no sujeito a ilusão que esse dizer nasce dele. Portanto, o sujeito não é a origem do seu discurso.

Precisamos pensar nesse sujeito como interpelado por uma ideologia de forma inconsciente que simula uma posição-sujeito com base no que ele

acredita ser sua vontade, porém, acaba sendo moldado por essa ideologia que o constitui.

Nesse viés discursivo, tentando entender os meandros que compõem a argumentação, tem papel importante as mais variadas nuances da linguagem. Para a Análise do Discurso, a linguagem constitui o discurso, junto com a exterioridade, ela é elemento principal da AD. É a materialidade do discurso propriamente dita. Para Eni Orlandi (1987), a linguagem só é linguagem porque faz sentido e só faz sentido porque se inscreve na história. A partir disso, percebe-se que, para a AD, a linguagem é a materialidade do discurso e produz sentido em determinadas condições de produção como define Orlandi (2023):

O discurso, como sabemos, é efeito de sentidos entre locutores, em determinadas condições de produção, e, dada a relação entre interpretação e ideologia, desencadeia um processo de argumentação. (Orlandi, 2023, p.82)

Sendo o discurso efeito de sentido entre os sujeitos em sociedade, ele é dotado de um caráter dinâmico, assim como tudo o que eles produzem, através do trabalho, no mundo. Isto é, nada do que existe que seja obra dos sujeitos, existe de forma independente e deslocado da complexa existência em sociedade. O discurso, portanto, para a Análise do Discurso, é uma forma de mediação entre o sujeito e o mundo, mas não uma mediação transparente, imutável, mas sim opaca e constituída de falhas e silêncios.

Junto à linguagem, evidenciamos a formação ideológica e a formação discursiva, enquanto a formação ideológica faz jus à ideologia que nada mais é do que sentido em certa direção, produzindo efeitos de evidência, a formação discursiva é a representação da linguagem na formação ideológica, própria de um grupo, ambas direcionam e colaboram para que a argumentação ocorra de uma forma consistente. Nos diz Orlandi sobre FD e FI:

A formação discursiva é caracterizada pelas marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção. De outro lado, podemos dizer que o que define a formação discursiva é a sua relação com a formação ideológica. Assim, podemos perceber como se faz a relação das marcas formais com o ideológico. (Orlandi, 1987, p.132)

Conforme nos diz Orlandi, a formação ideológica é então representada pelas marcas formais da formação discursiva que usa a forma para representar o funcionamento discursivo.

Na AD a construção do sentido está na relação com a exterioridade: a historicidade, a entonação, o não-dito, na relação com tudo isso é que constitui o sentido. As condições de produção de discurso, o implícito e o contexto enunciativo e o sócio-histórico são fundamentais para a compreensão do discurso.

A interpretação é sempre regida por condições de produções específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas. É a ideologia que produz o efeito de evidência, e de unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais”. (Orlandi, 2023, p. 31)

Desse modo, entendemos junto à Orlandi (1999) que a ideologia funciona como um mecanismo de produção de “evidências”, naturalizando os sentidos por meio de imaginários sociais.

O esquecimento Nº 2 é o que diz respeito ao sentido do enunciado, o sujeito tem a ilusão de controlar a interpretação do que diz, tem o esquecimento que o sentido não é único, que ele acha que seu discurso, sua palavra, sua fala, só tem um sentido. Ele produz um sentido, a partir da formação discursiva com a qual se identifica, e, a partir da paráfrase, o sujeito cria a ilusão de ser este um sentido único. A impressão de transparência na linguagem pode ser enganosa, pois cada palavra carrega significados que vão além do que é dito, permitindo múltiplas interpretações. Assim, o sentido é sempre fluido, e a comunicação se torna um espaço de negociação entre o que se quer dizer e o que é realmente interpretado. Essa complexidade revela a opacidade da linguagem, onde cada enunciado pode abrir portas para novos significados e interpretações. Dito de outra forma, os conceitos dos esquecimentos dizem respeito ao efeito ideológico de o sujeito ser fonte e origem do seu dizer e esse dizer só pode ser dito dessa forma e não de outra conforme a impressão de transparência da linguagem. Todo sentido pode ser outro.

As palavras em discurso, a transformação da língua em discurso estão em um jogo constituindo os sentidos, o sentido nunca é estático, mas o sujeito

inconsciente interpelado pela ideologia esquece disso e produz sentidos conforme o funcionamento desses esquecimentos. “As palavras são sempre as mesmas mas são sempre outras”, como afirma Orlandi (1987, p. 31).

A partir disso também é importante conceituar a posição-sujeito que consiste na posição ideológica ocupada por um sujeito no interior de uma formação discursiva. Essa posição não é escolhida livremente pelo sujeito, mas é determinada pelas condições históricas, sociais e ideológicas nas quais o discurso é produzido. O sujeito não é uma entidade livre, o falante assume uma posição no seu dizer condicionada a sua formação discursiva e imaginária. Nos diz Orlandi:

Como só uma parte do dizível é acessível ao sujeito - as diferentes posições dos sujeitos resultam de sua inscrição em diferentes regiões de sentidos (diferentes formações discursivas) - com esta escuta o analista poderá ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente o sentido de “suas” palavras. (Orlandi, 2001, p.60)

A posição-sujeito fala de um lugar, no qual o sujeito está inscrito, lugar esse determinado por uma condição sócio-histórica e que permite que o não dito constitua seu dizer.

2.2 Argumentação

Para o funcionamento do discurso, a argumentação funciona como uma materialização deste levando em consideração o histórico, o ideológico e os sujeitos. A argumentação é um processo discursivo que joga com os dois esquecimentos o n.1 e o n.2, pois a identificação com uma FD é inconsciente, mas a manipulação da linguagem para argumentar mobiliza o esquecimento n. 2 que é pré-consciente já. É a maneira como conseguimos entender os efeitos de sentido e como a ideologia se apresenta para os interlocutores. É um aspecto que aborda não só o linguístico, mas também as questões históricas, sociais e culturais. Na argumentação, temos a antecipação que prevê, antecipa o que o outro pensa para tentar argumentar e sustentar posições já estabelecidas, essas "questões" que produzem as formações imaginárias que são projeções.

A Argumentação, por sua vez, se funda no mecanismo de antecipação produzindo uma relação de sentidos em que se inscreve a relação de forças (o lugar de que significa, significa em seu poder). A argumentação se dá em certas condições e mobiliza a articulação de formações discursivas diferentes, em sua filiação à memória discursiva. Ela se dá na relação do sujeito com o outro. (Orlandi, 2023, p.82)

É através dessas projeções imaginárias que antecipamos nosso interlocutor. Hoje em dia, é senso comum falar de argumento como poder de convencimento, ou que argumento tem a ver com querer persuadir, a cartilha do INEP ainda traz nos conceitos de argumento da redação esse conceito. Entendemos, a partir de Orlandi (2023) a argumentação como um movimento de posições ideológicas que visa sustentar uma posição no discurso, e estabelecer as sustentações ideologicamente pautadas sobre determinado tema.

A argumentação está diretamente ligada à sustentação de posições, assim, segundo Orlandi (2023, p. 112):

Argumentar é mexer com o funcionamento estruturante da ideologia. Sem deixar de lembrar que a ideologia se realiza através do complexo das formações ideológicas, como afirma Pêcheux (idem), fornecendo a cada sujeito a sua “realidade”, enquanto “sistema de evidências e significações percebidas - aceitas - experimentadas”. Logo, se assim é, não há como persuadir, ou convencer. O que podemos é sustentar posições, confrontar, deslocar, produzir um movimento no processo de produção de sentidos, mexer com processos de significação, atentos às formas de assujeitamento, no funcionamento do processo argumentativo. (Orlandi, 2023, p. 112)

Para compreendermos a argumentação, precisamos compreender o contexto sócio-histórico, as circunstâncias imediatas determinadas pelo já-dito e a posição-sujeito ocupada pelo enunciador do argumento. Parafraseando Orlandi podemos dizer que na AD o argumento produz sentido conforme as formações discursivas a partir de um gesto de interpretação, com isso, para trabalhar a argumentação é preciso conhecer as formações discursivas presentes e a conjuntura discursiva.

Os argumentos usados a partir da posição-sujeito não são uma questão de compreensão isolada, é um olhar a partir do outro. A noção da posição-sujeito é muito importante para entendermos o funcionamento da argumentação, a posição que esse sujeito assume em determinado contexto

discursivo interfere diretamente na forma como esses argumentos são enunciados e também são recebidos. Dessa forma, os argumentos não são simplesmente uma expressão individual de uma percepção pessoal, mas sim uma forma na qual os sujeitos durante o processo de enunciação estão posicionados uns em relação aos outros, utilizando recursos linguísticos e discursivos para persuadir, convencer, sustentar posições sobretudo ou negociar significados. Em outras palavras, os argumentos são moldados pelas experiências, valores, crenças e posições dos sujeitos no mundo, mas também são influenciados pelas expectativas e perspectivas dos outros interlocutores envolvidos na interação discursiva.

Segundo Orlandi (2023), a argumentação é a arte de antecipar o que o outro vai pensar ou entender a partir do que dissemos e a partir dos esquecimentos já mencionados, com esses pressupostos e as noções de exterioridade e antecipações podemos entender o dizer argumentativo como elemento crucial na constituição da linguagem.

Fala-se em argumento como poder de convencimento, ou que argumento refere-se apenas à intenção de persuadir, entendemos a partir de Orlandi (2023), a argumentação como um movimento de posições ideológicas que visa movimentar o debate, o discurso, e estabelecer as questões ideologicamente pautadas sobre determinado tema. De certa forma, a argumentação não visa persuadir, mas desconstruir sentidos tidos como permanentes e deslocar esses sentidos, não no sentido de impor mas de defender certa posição, o que implica em excluir certos sentidos possíveis.

A argumentação objetiva fazer mexer, deslocar sentidos e posições-sujeito. Na relação entre o simbólico e o político, ela produz uma mexida nos efeitos de sentido quanto a sua confrontação ideológica. Faz se defrontarem sentidos de diferentes formações discursivas, pela sustentação de certas posições, e não outras, no processo de significação. Põe em relação diferentes posições-sujeito. Não é, portanto, nem persuasão, não tem como fim o convencimento, mas a significação, o debate, a contemplação, a atenção aos diferentes sentidos, ao movimento de sentidos e de posições-sujeito. (Orlandi, 2023 p. 40-41)

Finalmente entendemos que a argumentação se porta não como convencimento ou persuasão, a persuasão não é vista como resultado de técnicas conscientes de convencimento, mas como efeito de funcionamento do

próprio discurso dentro de condições históricas e ideológicas, a argumentação se porta como algo que busca um deslocamento de sentidos é um dizer que sustenta e desloca os dizeres a partir da formação ideológica.

2.3 Texto, Autoria e os Processos de Paráfrase e Polissemia

Na Análise do Discurso (AD), a materialidade do texto possibilita que possamos compreender o discurso olhando para o texto e expondo-o à sua opacidade. Podemos pensar que o texto é a parte superficial na qual podemos produzir o efeito de início, de meio e de fim, e ainda, com efeito de autoria, dos efeitos de sentido que seria o discurso, o objeto teórico da AD.

O texto na AD é material de análise para a observação das posições-sujeito que assumem seus enunciadores, e dos diversos sentidos que, a partir dele, se produzem. O autor está para o texto assim como a posição-sujeito está para o sujeito, o sentido de um texto é produzido através de determinadas condições de produção, incluindo as condições sociais, históricas e culturais em que o texto é produzido, bem como as várias vozes e discursos que circulam na sociedade. Nos diz Orlandi:

O que caracteriza a relação entre discurso e texto é o seguinte: eles se equivalem, mas em níveis conceptuais diferentes. Isso significa que o discurso é tomado como conceito teórico e metodológico e o texto, em contrapartida, como o conceito analítico correspondente. Há, portanto, uma relação necessária entre eles. (Orlandi, 1987, p.159)

Reforçando a ideia de material de análise, analítico e atravessado por múltiplos discursos, sentidos anteriores e posições ideológicas. Com isso, pode-se dizer que o texto além de ser uma unidade de análise, ele é uma unidade complexa de significação.

Também podemos dizer que na AD o texto não é fechado em si mesmo, não é apenas um aglomerado de frases, o texto quando relacionado ao discurso ganha um aspecto de incompletude, fica aberto a novas possibilidades de sentido e interpretações, lembrando que o texto é passível de diferentes gestos de interpretação, sempre determinado pela condição sócio-histórica, o

contexto, que constituem as condições de produção desse texto. Diz Freda Indursky (2010, p. 69):

Para tanto, pode-se pensar o texto como um espaço discursivo, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o contexto, mas também com outros textos e com outros discursos, o que nos permite afirmar que o fechamento de um texto, considerado nessa perspectiva teórica, é a um só tempo simbólico e indispensável.

Para a AD, importa como o texto materializa ou textualiza o discurso, como ele se relaciona e se conecta aos discursos a que ele está filiado, como o texto trata de tal tema, como ele diz o que diz e como isso está relacionado à formação discursiva e à filiação ideológica do sujeito que o escreveu. A AD entende o texto como uma construção instaurada, principalmente, por suas condições de produção, ou seja, ultrapassa os elementos internos do texto e sua exterioridade passa a ser considerada na análise.

Na AD, o autor é uma função enunciativa que tem por objetivo o agrupamento do discurso para a produção do efeito de unidade, é o responsável por controlar a dispersão dos textos, dando sentido e estilo a cada produção de linguagem. Diz Orlandi (2012, p. 75) sobre autoria:

Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. Se o sujeito é opaco e o discurso não é transparente, no entanto o texto deve ser coerente, não-contraditório e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem do seu dizer. É do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, do seu texto. (Orlandi, 2012, p. 75)

Entendemos que autoria é um efeito e não apenas aquele que escreve o que foi dito, mas produz linguagem de diversas naturezas e com base na responsabilização de seu papel de autor. Isso ocorre por meio da inserção do sujeito em uma formação social, ou seja, o lugar que ocupa em certo contexto histórico-social, e da imagem que este produz de seu lugar social e do contexto. Para ser sujeito-autor deve-se assumir responsabilidade por aquilo

que diz, assim é posicionar-se, reconhecendo-se como sujeito-parte do todo social, político e histórico em que está imerso.

Por paráfrase e polissemia entende-se que a paráfrase trata-se de tudo que já foi dito anteriormente, ou seja, a repetição dos sentidos, o retorno constante ao mesmo dizer.

Teoricamente, e em termos bastante gerais, podemos dizer que a produção de linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrástico e o polissêmico. Isto é, de um lado, há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado - a paráfrase- e, de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é uma manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir. A polissemia é essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado. Essa é a tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o “mesmo” e o diferente (Orlandi, 1978), entre a paráfrase e a polissemia. (Orlandi, 1987, p. 27)

A paráfrase é a certeza do garantido, é a manutenção do que já foi dito, enquanto a polissemia seria a quebra do logicamente estabilizado (Pêcheux, 1988) do já instaurado e a inserção de novos sentidos, seria, segundo Orlandi (2015), a tensão no texto, o olhar para outros sentidos. Na AD percebem-se esses dois processos: o discurso se mantém em uma mesma formação discursiva então nota-se um movimento parafrástico, e quando percebemos no texto algo que traga um novo elemento ou uma nova posição-sujeito então temos a polissemia, ou seja, um efeito de sentido advindo de outra FD, ambos movimentos caminhando juntos.

Quando, na construção da linguagem, repetimos o senso comum através da nossa criação familiar, nossas crenças, nossos estudos, estamos fazendo um movimento parafrástico e quando instalamos uma nova maneira de dizer, um deslocamento dos sentidos pré-estabelecidos, fizemos um movimento polissêmico, isso significa que o dizer não rompe com a formação discursiva na paráfrase, mas rompe com a discursividade circulante. Com isso, é de extrema importância defender um discurso pedagógico polêmico (Orlandi, 1987), em que favoreça a instauração da polissemia em sala de aula.

Assim, os dizeres argumentativos nos textos escolares são produzidos por meio dos processos de paráfrase e polissemia, sendo assim uma

argumentação consistente aquela que o aluno assume a posição de autor e então constituem-se na tensão entre paráfrase e polissemia (Orlandi, 2009).

2.4 O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

Para entender o gênero discursivo Redação modelo Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, precisamos entender um pouco mais sobre o exame. Hoje, o Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova utilizada para ingresso no ensino superior, porém tal prova foi criada em 1998 com o intuito de avaliar o desempenho dos alunos ao fim da educação básica. A partir de 2004, essa prova passou a ser uma das formas de ingresso nas Universidades pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e, a partir de 2010, tornou-se a maior prova de seleção do país. O modelo elaborado consiste em duas provas divididas em dois domingos, sendo a primeira etapa denominada “Ciências Humanas e Linguagens” constituída de três partes: a primeira parte é a Redação dissertativa-argumentativa, a segunda comporta 45 questões de múltipla escolha de Linguagens e Códigos, que engloba língua portuguesa, literatura e língua estrangeira moderna já a terceira compõem-se de 45 questões de Ciências Humanas, que versam sobre Geografia, História, Filosofia e Sociologia. A segunda etapa é a parte do exame em que os estudantes respondem a questões de Matemática e Ciências da Natureza resolvendo 45 questões de Matemática, 45 questões de Ciências da Natureza, também de múltipla escolha.

Esse formato remete a diversas reflexões sobre as características que englobam a prova, tais características bastante criticadas por professores e alunos por se tratar de uma prova de múltipla escolha, extensa, bem como, a redação propriamente dita. Os modelos engessados de avaliação passam por um tolhimento dos gestos de interpretação do aluno e nos levam a um efeito de possibilidade único de resposta. Tais aparelhos avaliativos, como muitos outros instaurados pelas esferas governamentais, deixam de lado o caráter ideológico e opaco da linguagem como observam as autoras Rasia et al. (2017, p.334):

A questão central que nos toca, a partir da concepção de leitura mobilizada pela teoria que dá sustentação a este estudo, a Análise do Discurso francesa, com filiação em Michel Pêcheux, são as contradições que decorrem do formato da prova objetiva, de múltipla escolha, típica do ENEM mas também de outras formas de avaliação. Se a

condição da interpretação é a abertura do sentido, em que pesem os limites do sentido, fica em suspenso, neste caso, o que resta nos interstícios das alternativas de múltipla escolha. (Rasia,2017,p.334)

Ainda no que tange às provas modelo Enem, cabe ressaltar que a questão da linguagem está vinculada à historicidade e esta é crucial para as questões interpretativas, deixar de fora quesitos importantes prejudica substancialmente as diversas possibilidades interpretativas. Na redação, que no nome já traz um conceito de redigir um texto, tal escolha em detrimento à escolha mais adequada que seria “produção textual”, nos traz a ideia de tolhimento da criatividade do gesto argumentativo por se tratar de um formato de escrita limitado a uma apreciação da banca, prejudicando as noções de autoria e assunção de sujeito-aluno na escrita do texto. Vejamos os itens avaliativos da correção, segue um quadro avaliativo dividido em 5 competências segundo a cartilha do INEP 2024, competências de escrita e com propriedades bastante particulares de avaliação.

"Competência 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos."

Cartilha do Participante - Inep

As competências 2 e 3 traremos de forma mais detalhada para compreendermos seus aspectos segundo a cartilha do participante (INEP, 2024):

O segundo aspecto a ser avaliado no seu texto é a compreensão da proposta de redação, composta por um tema específico a ser desenvolvido na forma de texto dissertativo-argumentativo — ou seja, a proposta exige que o(a) participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é um texto em que, por meio de argumentação, se faz a defesa de uma ideia ou de um ponto de vista. É mais do que uma simples exposição de ideias; por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo, devendo assumir claramente um ponto de vista. (cartilha do participante, 2024, INEP)

A competência 2 traz claramente que o texto precisa conter um ponto de vista do aluno, uma posição que deve ser assumida embasada em “seus conhecimentos prévios” sobre o tema, o argumento, elemento o qual estamos abordando nesta dissertação e que é parte fundamental na Redação do Enem. A competência exige que o aluno tenha um posicionamento que seja pertinente ao tema abordado e que essa posição seja sustentada pelo que eles chamam de “Repertório sociocultural” que se configura como “uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribua como argumento para a discussão proposta” (INEP, 2025, p.15).

Já a competência 3 nos leva para a organização dos argumentos que serão sustentados no texto, a competência orienta que o aluno faça um projeto de texto para seu controle que relacione os argumentos que serão usados de forma sucinta e os repertórios que serão usados para sustentar esses argumentos.

No que diz respeito à correção da redação, as orientações indicam o seguinte funcionamento da correção da prova: cada redação receberá uma nota que variará entre 0 (zero) e 1.000 (mil) pontos, obedecerá à Matriz de Referência do exame. O texto será avaliado por 2 professores formados em Letras sem que um saiba a nota do outro. Cada avaliador(a) atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências. A nota total de cada avaliador(a) corresponderá à soma das notas atribuídas a cada uma das competências e a soma desses pontos comporá a nota total de cada avaliador(a), que poderá chegar a 1.000 pontos. A nota final do(a) participante será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos(as)

dois(duas) avaliadores(as). Em caso de notas muito discrepantes (100 pontos de diferença no total da nota ou 80 em uma competência) o texto é enviado para um terceiro avaliador e se for preciso para uma banca.

Os aspectos abordados na correção remetem muito mais a uma marcação do gênero textual dissertativo-argumentativo do que a possibilidade de avaliar a criatividade ou a autoria do aluno. Da mesma forma que as questões de múltipla escolha não permitem outros gestos de interpretações possíveis que não aquele elegido como a resposta certa, a prova de redação não favorece a aparição de marcas autorais por focar excessivamente em seguir uma estrutura que pode levar os alunos a abordagens superficiais dos temas, o que compromete a consistência da argumentação. Quando falamos numa avaliação analítica e não holística do texto, compreendemos que os aspectos formais são mais valorizados em detrimento de uma avaliação que pressupõe o texto como um todo, uma unidade significativa.

Ao pressupor uma prática docente baseada na crítica e na construção de um sujeito-autor, as condições de produção remetem a múltiplos sentidos, que são produzidos a partir da historicidade e da(s) formação(ões) discursiva(s) dos sujeitos envolvidos. A intenção ao trabalhar o texto sob a perspectiva da AD é conduzir o aluno para análise, reflexão e tomada de posição, vinculando-se a uma formação discursiva com o efeito da autoria que se constrói a partir da quebra da paráfrase.

2.5. Arquivo pedagógico

O arquivo pedagógico consiste na escolha de textos que o professor seleciona para trabalhar, em sala de aula, numa perspectiva discursiva, contempla os diversos posicionamentos que surgem a partir de determinado tema. O professor seleciona os textos teóricos os quais norteiam seu trabalho e servem de base para fundamentar a aplicação e a execução das mais diversas práticas pedagógicas. Da mesma forma que os textos teóricos são fundamentais para o efetivo exercício da docência, o arquivo do professor deve

ser um aliado importante que constrói, em sala de aula, a historicidade imprescindível para as diversas formações discursivas que surgem acerca de determinado tema proposto, tal arquivo pessoal do professor é denominado arquivo pedagógico. O arquivo pedagógico mobilizado pelo professor parte de uma intencionalidade do professor em mobilizar certos discursos em salas de aula. Nos fala Indursky (2019, p.107-108):

Parto do fato que os saberes se organizam em redes de memória. E busco, através desses arquivos pedagógicos, criar um simulacro dessas redes. Os textos neles contidos podem ser associados a diferentes redes de memórias e através delas inscrever-se em diferentes Formações Discursivas. Esses arquivos pedagógicos criam, então, as condições necessárias para que o aluno identifique essa rede e seus diferentes posicionamentos.

O arquivo pedagógico, a partir da escolha dos textos e dos dizeres mobilizados em sala de aula, é um compilado de textos escolhidos pelo professor para fomentar o processo de construção argumentativa, textos, imagens, diálogos que têm como intuito final constituir o processo discursivo de ensino e formação discursiva dos sujeitos-alunos, sendo importante recurso para a prática docente.

A partir desse conceito, percebemos que os textos produzem sentidos diferentes a partir das condições de produção, tais textos passam a promover um sentido que forma o dizer dos sujeitos-alunos, a escolha do arquivo pedagógico não ocorre de forma aleatória e sim a partir da intenção do professor em mobilizar as mais diversas formações discursivas. A proposta do arquivo pedagógico não se trata apenas de um aglomerado de textos que foram usados como motivadores na escrita e sim textos que, a partir do universo da sala de aula, auxiliam na autoria do sujeito-aluno.

Nesse sentido, é relevante lembrar que na proposta de produção de arquivos pedagógicos estes não são considerados como conjuntos fechados: ao apresentar a proposta de arquivos pedagógicos, Indursky (2019, 2023) nos lembra que esses arquivos podem ser constituídos com textos escritos por alunos, ou sugeridos por eles, a partir de suas histórias de leituras. (Garcia; Rodrigues, 2023, p.12)

Na prática pedagógica apresentada nesse trabalho, muitos foram os recursos mobilizados como arquivo pedagógico, as intervenções feitas em sala de aula foram compiladas num arquivo pessoal do professor, que constava

ainda de anotações, impressões, cartazes dos alunos, narrativas acerca do tema e também dos textos lidos e filmes vistos nessa preparação para a primeira escrita.

Na atividade proposta em sala de aula, a partir da ideia que o professor também deva ser autor de sua prática, houve a mobilização de diversos arquivos pedagógicos conforme a concepção teórica adotada que serviram de embasamento para a realização das produções escritas a partir do tema proposto: “Desafios para consolidar a democracia no Brasil”, sendo proposto um debate sobre o tema, seguido da apresentação do filme “Legalidade” o qual narra um momento de tensão dos princípios democráticos e também o documentário “Democracia em Vertigem” que traz um ponto crucial de manutenção da democracia brasileira, tais textos acrescidos de notícias sobre o atentado de 08 de janeiro de 2023 compõem o arquivo pedagógico da atividade proposta. O arquivo pedagógico torna-se crucial para as diversas formações discursivas que se manifestaram na primeira produção escrita. Ao mobilizá-lo, acessamos as vivências dos alunos e junto com o arquivo pedagógico surgem memórias que aparecerão na primeira escrita bem como nos debates orais em sala de aula.

Percebe-se, dessa forma, a importância do arquivo pedagógico para que seja construída a memória sobre o tema exposto, afirmando que a língua é ideológica e histórica, os textos debatidos e sugeridos para uma primeira escrita são parte fundamental para construção dessa memória, tal memória é parte do discurso, pois este se insere através da historicidade e a produção trará reflexos desta ao ser elaborada pela turma.

O arquivo pedagógico pode proporcionar ao aluno uma revisitação aos aspectos discursivos do tema, funcionando como um dispositivo polêmico de leitura para com os textos escolhidos, a partir do objetivo pedagógico, levando os alunos a diferentes posicionamentos, esse fio que conduz através do arquivo pedagógico pode ser um excelente aliado na construção de um texto autoral.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Para falar de procedimentos metodológicos em Análise do Discurso é preciso partir de certas peculiaridades da teoria como o fato da linguagem não estar apartada do político. Portanto, a Análise de Discurso recorre à materialidade da língua. Dessa forma, o discurso vai ser a constituição mútua entre o ideológico e o linguístico. Contudo, para a Análise de Discurso, os sujeitos e as significações não são transparentes e devemos olhar para a linguagem na sua relação com a exterioridade.

Não há, portanto, uma regra única quanto à delimitação do *corpus* de análise, mas, sim, sustentação teórica. O discurso tem, sim, relação com discursos anteriores, no sentido de que não são fechados em si mesmos. Uma abordagem metodológica, com base na Análise do Discurso, compreende indiscutivelmente a linguagem como uma produção de sentidos, a linguagem como uma prática, um movimento, permeada pelas contradições e antagonismos presentes na existência social dos sujeitos, de maneira que é, no movimento da história e nas relações sociais, que se deve observar o vasto e complexo campo do discurso. Para melhor compreender a sua particularidade, pode-se diferenciar das outras metodologias e teorias que se centram no suposto papel auto-suficiente das palavras, apenas concebendo-as como transmissoras, mas não produtoras de efeitos de sentido. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar diferentes sequências discursivas.

Assim, segundo Orlandi (1987), “compreender o processo discursivo é em que consiste o objetivo almejado pela Análise de Discurso, o que tem a ver com a memória discursiva, sua espessura semântica, sua materialidade discursiva”. E o que vai nortear esse processo é justamente o trajeto, os caminhos da análise empreendida pelo analista. Tal caminho será composto de muitas fases que passam desde a escolha do arquivo de pesquisa que comporá o *corpus* para análise, a seleção desse *corpus*, a definição do critério a ser analisado e também o resultado obtido, bem como a interpretação desse resultado. São os princípios teóricos da análise discursiva que subsidiam a interpretação do *corpus*. Assim, o corpus resulta de uma construção do próprio analista do discurso, tendo como base seus objetivos de análise. Com o texto

diante de si, o analista remete a um discurso, que está, por sua vez, filiado, ao menos, a uma formação discursiva, derivada de uma formação ideológica existente em determinada conjuntura social.

Nesse trabalho, buscamos analisar a materialidade discursiva presente nos textos de alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública de Bagé-RS, com intuito de vislumbrar os movimentos de argumentação entre paráfrase e polissemia e as marcas de autoria ou sua ausência, além de identificar a formação discursiva analisando o que foi dito, onde foi dito e a condição histórica e cultural à qual esse sujeito remete.

A análise de fatos linguísticos na Análise do Discurso evidenciará as formações ideológicas, as marcas discursivas de paráfrase e polissemia e também as questões de inconsistência ou de formações discursivas antagônicas. O *corpus* de análise foi construído a partir do material textual produzido pelos alunos, gravação das aulas, anotações em diários de campo da pesquisadora, obtidos na intervenção pedagógica (abordada na seção seguinte). Foi escolhido um tema para a dissertação dos alunos, a partir desse tema foi fomentado o debate em sala de aula, e foi ofertados aos alunos textos de apoio que serviram de base para a construção dos argumentos. O tema proposto versou sobre questões que geram debates na sociedade a partir de formações discursivas distintas. O tema proporcionou a produção de diferentes argumentos conforme as filiações ideológicas, ou seja, promoveu a polissemia em sala de aula, para que pudéssemos evidenciar os argumentos, contra-argumentos e inconsistências que apareceram ao longo da escrita.

Além dos textos produzidos em sala de aula, os debates foram registrados pela professora conforme o andamento do trabalho, foi feito um registro em diário de campo da pesquisadora, bem como, foram analisados os argumentos apresentados nos textos.

Nesse sentido, essa intervenção pedagógica permitiu ao pesquisador uma ação mais efetiva dentro do grupo em que está inserido. Tendo que estar atento às circunstâncias e às alterações que ocorreram durante a sua ação. E assim elaborou-se um projeto a ser executado no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, especificamente na educação básica, onde a pluralidade é marcante e onde existem diferenças nas formas de aprender. Na AD o processo metodológico de análise do *corpus* consiste em um trabalho que vai

além da materialidade do texto, consideram-se as condições de produção do discurso, bem como, é feita a análise de textos e sequências discursivas que tenham o propósito a cumprir, em determinado recorte do *corpus*, com o intuito de analisar determinado processo discursivo.

Esse processo metodológico subjetivo visa a análise da ideologia presente e consiste em perceber os processos de manipulação da linguagem que retratam uma “contradição ideológica de classe em uma conjuntura histórica” (Fernandes; Vinhas, 2019).

Na AD uma análise se faz muito mais efetiva na observação da produção de texto a partir de uma perspectiva sócio-histórica, analisar as condições de construção do texto a partir dos fatos linguísticos que nos interessam numa perspectiva discursiva, estabelecer critérios de ordem discursiva para que possamos analisar diversos textos na busca de categorizar tais critérios, esses critérios podem ser definidos como: uso ou não do senso comum, argumentos que se contradizem, incoerências nos argumentos ao longo do texto.

3.1 Procedimentos metodológicos da intervenção

O trabalho com a linguagem em sala de aula consiste em um método didático que propicie ao aluno condições discursivas para a construção de um texto condizente com as habilidades e competências as quais são prerrogativas exigidas pela BNCC e que sob o olhar da Análise do Discurso pode ser bastante problemático pois nessa ótica da BNCC o que se espera de um aluno do ensino médio e que entendemos ser aceitável para que saia da escola com sua formação geral básica é desenvolver a habilidade escrita de forma satisfatória, sem abranger os diversos caminhos da AD. Entender que o critério argumentativo se faz com base em prática discursiva em sala de aula com a oferta de texto, vídeos, debates é extremamente importante, pois faz com que o aluno tenha subsídios para uma argumentação consistente. Segundo, Fernandes (2021, p.142):

Constituído o corpus discursivo, pode-se realizar a análise das operações de manipulação da linguagem, desvelando suas evidências de sentido a fim de dar visibilidade às “contradições ideológicas de classe em uma conjuntura histórica” (COURTINE, 2009 [1981], p. 108). A regularidade do processo discursivo é compreendida a partir das condições de produção que configuram o conjunto de SDs do corpus a ser analisado.

Teremos uma sequência de partes que foram executadas durante o processo de intervenção para a construção do texto e a análise do *corpus* com intuito de criar condições para que o aluno se coloque na posição-autor e desenvolva a argumentação sem reproduzir o senso comum.

3.1.2 Unidade Didático-discursiva

A unidade didático-discursiva (Fernandes, 2021), doravante denominada UDD, teve por objetivo sistematizar as etapas de intervenção as quais os discentes foram submetidos para que pudéssemos visualizar os processos e subprocessos discursivos de construção do corpus de análise, bem como, a produção inicial e final dos alunos.

Etapa 1: de 04/11 a 13/11 (Subprocesso 1: leitura espontânea e abordagem inicial do tema; Subprocesso 2: abordagem e discussão do tema específico, primeira produção e reescrita). Nessa etapa, demos início à leitura e interpretação espontânea dos alunos trazendo textos que instigou a turma a partir do tema que foi abordado: “Desafios para consolidar a democracia no Brasil”. Ainda na etapa 1, a professora fez a abordagem e discussão do tema específico levantando hipóteses do porquê a democracia brasileira é frágil (e se é, realmente frágil) , houve um momento de discussão sobre o tema e tal discussão pode ser realizada na modalidade debate regrado, houveram interpretações coletivas e foram levantadas hipóteses sobre os fatos históricos que corroboram para tais interpretações e foi feita a preparação dos alunos para uma primeira produção escrita, dentro da estrutura dissertativo-argumentativa. Foram apresentados textos da situação política que funcionarão como textos motivadores. Apresentamos o filme “Legalidade - o filme” situado historicamente após renúncia do presidente Jânio Quadros em

1961 o qual abordou o episódio em que o governo brasileiro não queria permitir a posse do vice-presidente João Goulart numa tentativa de golpe militar que se instaurou poucos anos depois, foram apresentados textos do período da ditadura, mostramos também o documentário “Democracia em Vertigem” no qual aparecem os dias que antecedem a saída da presidenta Dilma em 2016, sempre abordando a perspectiva de manter a democracia no país e no quanto a nossa democracia pode ser frágil. Por fim, apresentamos notícias e discussões sobre o atentado de 08 de janeiro de 2023, cujo intuito era, mais uma vez, atentar contra a democracia e o Estado democrático. Após essa discussão, foi proposto aos alunos uma escrita dissertativo-argumentativa com o seguinte tema: “Desafios para manter a democracia no Brasil.”

Etapa 2: de 18/11 a 27/12 (Subprocesso 3: leitura polissêmica e reescrita). Entender as tensões presentes no texto é a chave que poderá nos levar a um texto que evidencie a posição do sujeito-autor, levando nossos alunos a uma escrita com uma argumentação consistente e coerente. A leitura polissêmica permite que possamos abordar as diversas perspectivas presentes no texto e, a partir dessa possível quebra no texto parafrástico, partimos para a reescrita com o propósito de acolher as formações discursivas contrárias à democracia frágil, abordando seus aspectos e conceitos. Foram apontados trechos em que havia necessidade de reescrita, bem como, retomados tópicos debatidos em sala de aula que deviam estar presente nos textos para uma posição de autoria do aluno.

Etapa 3: de 04/12 a 11/12 (Subprocesso 4: produção final e socialização do trabalho). Feitas as considerações nas produções dos alunos, é importante apresentar pontos que precisam ser melhorados, principalmente numa abordagem estrutural e também na perspectiva discursiva e, após demos o encaminhamento à produção final que consistiu na produção de esquetes de momentos de tensão na história do Brasil (momentos nos quais a democracia esteve em risco) com o objetivo de promover, na escola, uma apresentação e um debate entre alunos participantes da pesquisa e aberto à comunidade escolar sobre a importância da democracia na atualidade no Brasil. Por ser ano de eleição e a escola contar com alunos na faixa etária em que já podem votar é imprescindível a abordagem desses temas.

Esse processo metodológico de intervenção consistiu na produção de material para o arquivo de pesquisa e posterior construção do *corpus* de análise para que construíssemos uma abordagem que permita o aluno desenvolver sua capacidade de leitura polissêmica, e assim a argumentação com autoria, desviando suas opiniões de paráfrases ou discursos de senso comum, que possamos dar oportunidade de escuta a outras formações discursivas e com isso permitir deslocamentos, e realizar uma escrita crítica levando o aluno a uma posição de autor. Independente de sua FD a autoria precisa estar presente no texto de uma forma coerente sem repetições parafrásticas.

3.1.3 Síntese da Unidade Didático-Discursiva

Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3
Subprocesso 1: - Debate sobre o tema - Produção coletiva: linha do tempo da democracia no Brasil - Primeira produção de redação no modelo Enem. Produção Escrita 1 “Desafios para consolidar a democracia no Brasil”.	Subprocesso 2: - Legalidade - o filme - Democracia em Vertigem - Notícias ataques 08/01/2023 Reescrita da produção 1 - Conversa sobre as diferentes posições nos textos - Abordagem dos repertórios socioculturais utilizados	Subprocesso 3: - Elaboração da produção final - Devolutiva das produções Esquetes que representam momentos de tensão na história democrática do Brasil: 08 de janeiro, Renúncia Collor, Era Vargas, Impeachment Dilma. Apresentação das esquetes. Leitura final de texto coletivo.

4. A Argumentação na redação modelo Enem

Ao tratar na intervenção pedagógica da argumentação em textos do modelo Enem, salientamos a importância de trabalhar o texto nesse formato por estar em uma escola muito voltada à participação de seus alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os índices e notas do ano anterior, quando satisfatórios, são sempre publicados e enaltecidos nas redes sociais da escola, promovendo um melhor desempenho entre os alunos do terceiro ano vigente. Durante o ano letivo, os componentes de Redação e Língua Portuguesa passam tratando de questões pertinentes ao concurso, bem como, simulando provas para que os alunos tenham familiaridade com o processo, com isso, a intervenção tratou do gênero Redação Modelo ENEM por sua relevância no contexto de aplicação.

Uma característica importante presente na escrita dos alunos é a ausência de título nos textos. Por se tratar de uma escrita modelo Enem, é orientação do INEP o uso facultativo do título, esse recurso leva o aluno a não utilizar o título por medo de cometer algum erro e ser descontado sem necessidade. Entendemos que esse movimento de não formulação do título limita a autoria do sujeito-aluno bem como reduz sua criatividade, além disso a falta de um gesto interpretativo já no título também afeta a observação da posição-sujeito assumida pelo autor.

4.1. A argumentação a partir do uso dos conectores

Nos textos dos alunos, levando-se em consideração a primeira escrita, percebe-se uma movimentação um tanto conturbada na escolha dos conectores que evidenciam posições contraditórias quanto às opiniões sobre a democracia e seus momentos de tensão. Analisemos o primeiro texto:

Texto 1:

*O acesso à democracia é um direito básico de todo cidadão brasileiro, previsto em lei. **Entretanto**, muitos brasileiros não exercem esse direito por não saberem o que é a democracia propriamente dita.*

*Eventos históricos em que o direito de escolha da população foi insignificante (sic)² são comuns tanto no Brasil, quanto no restante do globo, principalmente em países nos quais a população aliena-se quanto à realidade e baseia-se somente em “lados políticos”. **Contudo**, existe uma linha tênue entre ameaças à democracia e manifestações (protestos populares com o intuito de expressar opiniões e exercer seus direitos regidos pela carta magna).*

***Contudo**, pode-se concluir que certos períodos históricos, como a Ditadura militar, são de fato, eventos nos quais o estado democrático não foi respeitado, **todavia**, manifestações agressivas, semelhante aos ataque de 8 de janeiro de 2023, por mais que equivocados, quando comparados as ações extremas do período em que o país foi governado por militares, mesmo apresentando atitudes radicais e excessivas, tornam-se forma de expressão popular.*

No texto 1, observamos o uso consecutivo de orações adversativas que fazem o texto progredir pela ideia de oposição. Destacamos o seguinte trecho como sequência discursiva (SD): “O acesso à democracia é um direito básico do cidadão brasileiro previsto em lei. Entretanto, muitos brasileiros não exercem esse direito [...]”, ao usar esse conectivo, a escrita já inicia trazendo um sentido de natureza adversativa ao posicionamento inicial de que a democracia seria um direito básico do cidadão. O sujeito-aluno ainda manifesta argumentos por achar que as manifestações como as ocorridas no dia 08 de janeiro tratam-se de manifestações populares oriundas da falta de uma possível liberdade de expressão, o que mostra que este se coloca em uma posição-sujeito favorável às manifestações do tipo das que ocorreram em oito de janeiro de 2025.

Já considerando outra SD: “Contudo existe uma linha tênue entre ameaças à democracia e manifestações/protestos populares com o intuito de expressar opiniões e exercer seus direitos [...]”, o conectivo “contudo”

² texto reproduzido tal qual escrita do aluno.

apresenta uma ideia de reforço na posição-sujeito do aluno que afirma que os ataques à democracia podem ser manifestações populares. Ao observarmos que o aluno menciona uma linha “tênue” entre ataques e manifestações populares, evidenciamos nessa SD um posicionamento que ameniza a gravidade dos ataques à democracia, modalizando-os como manifestação popular apenas, entendendo como uma manifestação popular legítima um movimento pacífico que luta por mudanças que não impliquem o curso legal do processo democrático.

A sequência do uso de conectores que introduzem orações adversativas nos mostram que a formação discursiva em que se insere tal sujeito-aluno apoia os ataques de 8 de janeiro não os vendo como um ataque à democracia, mas como manifestações populares que seriam de direito do cidadão de um Estado Democrático. Pois ao concluir o texto o aluno usa o termo “manifestações populares” que traz em seu conceito a seguinte redação segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: “ manifestação popular pode ser entendida, conforme o uso consagrado pelo Houaiss, como uma expressão coletiva e pública da população, normalmente organizada para expor opiniões, reivindicar direitos ou protestar contra algo.”

Já o texto 2 apresenta um olhar acerca da escolha que os cidadãos fazem sobre os seus representantes, na escrita, a formação discursiva do aluno traz à tona a questão de culpabilizar o cidadão pela escolha equivocada dos seus representantes, o que acarretaria a revolta dos cidadãos e manifestações que colocariam a democracia em risco.

Texto 2

Falando da democracia, afirma-se que houve muitos períodos em que a democracia sofreu ataques que no fim vieram a causar uma mudança na política. Esses conflitos devem-se a um desentendimento entre o povo e o que os políticos exerciam com o “poder” que o povo elegeu.

No entanto todo caos causado pela falta de direitos os quais os cidadãos não exerciam desencadearam grande revolta na população, quando a mesma ficou mais de quinze anos sem votar.

Entretanto após anos os políticos tendem a fazer promessas de mudanças e de um futuro melhor, **porém** ao chegarem ao governo não cumprem as suas falas, **visto que** atitudes assim irão desencadear

posteriormente novos conflitos que trarão mudanças políticas. O problema que vem atona (sic)³ desde meados de 1889 e não vai ter fim.

No texto 2, é apresentada uma tese de que haveria um desentendimento entre a classe política e os eleitores causando revolta no cidadão que elege políticos que não cumprem o “prometido” o aluno começa o segundo parágrafo formulando o seguinte: “No entanto todo o caos causado pela falta dos direitos os quais os cidadãos não exerciam [...]”, o que remete ao acontecimento histórico da ditadura militar que restringiu e até retirou direito do sujeito-cidadão e, por isso, não utilizarem de forma adequada os direitos e prerrogativas democráticas num movimento de culpabilizar o povo pelos ataques à democracia quando o sujeito-aluno diz que os cidadãos NÃO EXERCIAM seus direitos antes garantidos. Segundo as orientações da cartilha do INEP e da proposta temática apresentada pela professora, o tema deve versar, principalmente, sobre os momentos em que a democracia foi ameaçada ou até os principais motivos responsáveis por essa fragilidade, apresentar as causas e os momentos de risco do pleito democrático, o aluno deve argumentar acerca desses itens.

Nesse ponto de vista, o aluno não se ateu ao tema da redação, tema esse que não questiona se há ou não fragilidade e sim afirma essa fragilidade, então ater-se ao tema pressupõe pontuar os momentos de fragilidade e tensão da democracia, ele também teve um posicionamento vacilante, ora de um lado ora de outro quanto à natureza de uma ditadura propriamente dita.

4.2. A argumentação a partir do repertório sociocultural mobilizado

Uma das competências de abordagem da correção da redação é o repertório sociocultural, e é de extrema importância que o aluno domine esse

³ texto reproduzido tal qual escrita do aluno.

formato para obter uma nota satisfatória. Assim como o arquivo pedagógico é o repertório do professor para mobilizar as diversas formações discursivas presentes em sala de aula, o repertório sociocultural, esperado no modelo ENEM, vem a ser esse arquivo mobilizado reforçando a ideia do arquivo pedagógico funcionar também como repertório sociocultural. Numa primeira análise das escritas em sala de aula, nos deparamos com vários repertórios que foram surgindo acerca do tema. Vejamos o texto 3:

Texto 3

A democracia no Brasil enfrentou diversos ataques desde a proclamação da república, que por sua vez deu direitos para a população eleger seus governantes com liberdade igual dos votos, Porém, ao longo da história do país foi realizado vários ataques a essa movimentação política como a ditadura militar e conflitos democráticos.

No filme “Ainda estou aqui” mostra a perseguição exercida pelos militares às pessoas e as formas de repressão. Ele conta a visão de Eunice Paiva que vivencia estes atos ao perder seu marido Rubens Paiva (ex governador da época) (sic) para a ditadura. este ato político se prolongou por vinte e um anos, e depoimentos, documentários e músicas da época revivem esse momento.

Após este marco o Brasil sofreu várias ameaças a seu direito democrático vivendo muitos problemas políticos e retiradas de presidentes do poder.

Conclui-se que a população vive constantemente lutando pelos seus direitos à democracia e tendo cada vez mais a se manifestar contra qualquer forma de repressão que diminui seu poder de escolha de mudança para o país.

No texto 3, é citado o filme “Ainda Estou Aqui”, como segue: “No Filme Ainda estou aqui mostra a perseguição exercida por vários militares às pessoas e as formas de repressão. [...] esse ato político durou vinte e um anos”. Ao mobilizar esse repertório sociocultural o aluno explica a perseguição e a repressão como um ato político que dura um tempo determinado, minimizando a supressão da democracia quando usa o termo “ato político” pois ao se referir a um regime ditatorial de tal forma sugere um evento isolado e sem tantas consequências, dessa forma não problematiza o ato em si, apenas suas consequências. Tal filme estava em voga pela repercussão midiática que teve sua indicação ao Oscar, assim apareceu com bastante frequência nas

discussões em sala de aula, trazendo à luz as questões da tortura antes desconhecidas por muitos alunos e, principalmente, por levantar questões de morte e desaparecimentos. Nas manifestações orais em sala de aula após a mobilização do arquivo pedagógico, os alunos trouxeram muito à discussão momentos de fragilidade da democracia como na Era Vargas (1930-1945), o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Aqui um exemplo da oralidade extraído dos apontamentos em aula.

“Apontamentos da professora: Na aula de hoje após apresentação do filme Legalidade - o filme alguns alunos mencionaram que familiares eram simpatizantes do Brizola por ser gaúcho e também mencionaram Getúlio Vargas, fiz uma retomada da Era Vargas com eles mencionando que também tratava-se de uma ditadura, alguns comentaram que Dilma era também nascida no RS.”

O texto 4 traz o olhar do sujeito-aluno para a produção artística nos momentos de fragilidade democrática e apresenta situações que, durante as conversas em sala de aula, foram mencionadas como a censura às músicas e às artes em geral, fazendo com que muitos cantores e escritores fizessem manobras para burlar o sistema. Um exemplo foi que o aluno citou referente a música “Cálice” de Chico Buarque. Segue outro apontamento:

“Apontamentos da professora: Um aluno mencionou que a ditadura Vargas não era tão dura pois não censuraram as músicas nem exilaram pessoas, sugeri que talvez se tratasse de algo mais antigo não soubéssemos de tantos casos como na ditadura militar, mencionaram músicas censuradas e histórias engraçadas sobre músicas “disfarçadas” como Cálice.”

Texto 4

Sobre a democracia no Brasil é importante falar sobre os diversos ataques que tivemos durante anos. Desde a proclamação da república (1889), até os dias atuais a política democrática foi golpeada várias vezes, começando pelo estado novo (1930) onde o Getúlio Vargas suprimiu a constituição que regia o país, com isso, acabando o direito de fala e opinião (sic) do povo, queimando bandeiras, extinguindo hinos regionais e assim uma “1ª ditadura militar”.

Em 1964 tivemos um dos maiores atos antidemocráticos do Brasil, a ditadura militar, onde todos que eram contra o governo, ou seja, contra o exército era torturado, morto, e até mesmo censurado.

O músico Chico Buarque escreveu a música “cálice” onde dizia “cálece, tira de mim esse cálice” que se remetia ao não poder falar suas opiniões.

Com isso nós vemos o quão importante é vivermos na democracia e com isso lutar pelo nosso direito de cidadão de votar e não nos calar.

No texto 4, o sujeito-aluno cita repertórios variados como a música de Chico Buarque “Cálice” e também a ditadura de Getúlio Vargas com episódios como extinção de Hinos regionais, o que demonstra outro momento histórico divergente do contexto de produção da mesma, evidenciando parte da história de leitura desse sujeito, constituindo o arquivo de que dispõe sobre o tema ditadura. Assim, o aluno recupera do interdiscurso dizeres outros sobre a democracia e ditadura no Brasil através da memória discursiva que enfatiza os sentidos de autoritarismo do regime ditatorial. Esse arquivo é que pode ser relacionado com o que a cartilha do INEP chama de repertório sociocultural. Essa mobilização dos arquivos de leitura do aluno-sujeito compõem a argumentação presente no texto a partir dos exemplos apresentados.

Os arquivos mobilizados em sala de aula, a partir das histórias de leitura dos alunos que surgiram nas manifestações orais e debates ao longo das aulas expositivas, colaboram para uma maior autoria do aluno e para a produção de movimentos polissêmicos em sua escrita, assim os textos produzem uma maior originalidade, pois constam das vivências trazidas, com discursos anteriores. Isso pode ser percebido nas produções escritas que apontam elementos apenas mobilizados de forma oral como a Era Vargas e a música Cálice.

4.3. Mobilização do arquivo pedagógico

Nessa seção de análise, vamos observar de que forma o arquivo pedagógico contribui para que o sujeito-aluno aprimore a argumentação de seu texto, o arquivo pedagógico teve intuito de ampliar os conhecimentos acerca do tema para que assim o aluno pudesse construir de forma mais sólida o desenvolvimento do texto. A redação modelo ENEM tem em seu processo avaliativo a nota vinculada a um repertório sociocultural, nesse contexto, o

arquivo pedagógico funciona como esse repertório mobilizando o aluno a uma escrita mais elaborada e uma argumentação mais aprofundada sobre o tema proposto.

Entendemos a reescrita como um processo contínuo de escrita que define que a reescrita está diretamente ligada à construção de sentido no texto, não sendo apenas correção de erros gramaticais, mas um processo de reformulação textual consciente.

Porém a reescrita nessa UDD ocorre de forma que o sujeito-aluno não percebe a diferença entre o movimento da legalidade e as manifestações de 08 de janeiro, por exemplo, como sendo coisas distintas e entende ambas como manifestações populares de desagrado ao sistema vigente, ainda menciona o *impeachment* da presidenta Dilma como sendo também uma manifestação de descontentamento popular. Tal prerrogativa torna-se inusitada quando partimos da ideia que manifestações populares pacíficas não podem nem devem resultar em atentados ao Estado Democrático seja de forma não-violenta como no *impeachment* da presidenta Dilma ou de forma menos pacífica como os ataques de 08 de janeiro. Entende-se manifestações populares como outro movimento de cidadania.

Solicitou-se a reescrita após a mobilização do arquivo pedagógico no sentido de perceber a percepção do aluno acerca da construção do argumento. Aqui o exemplo da reescrita do texto 1:

O ACESSO A DEMOCRACIA É UM DIREITO BÁSICO DE TODO CIDADÃO BRASILEIRO, PREVISTO EM LEI, ENTRETANTO MUITOS BRASILEIROS NÃO EXERCEM ESSE DIREITO POR NÃO SABEREM O QUE É A DEMOCRACIA PROPRAMENTE DITA.

EVENTOS HISTÓRICOS EM QUE O DIREITO DE ESCOLHA DA POPULAÇÃO FOI ^{impossibilidade} ~~indeferido~~ SÃO COMUNS TAMBÉM NO BRASIL, QUANTO NO RESTANTE DO GLOBO, PRINCIPALMENTE EM PAÍSES NOS QUAIS A POPULAÇÃO ALIENA-SE QUANTO À REALIDADE E BASEIA-SE JORNALMENTE EM "LADOS POLÍTICOS". CONTUDO, EXISTE UMA NINHA TÊNUE ENTRE AMBAS A DEMOCRACIA E MANIFESTAÇÕES (PROTESTOS POPULARES COM INTUITO DE EXPRESSAR OPINIÕES E EXERCER SEUS DIREITOS REGIDOS PELA CÉLESTIA MAGNA).

CONTUDO, PODE-SE CONCLUIR, QUE CERTOS PERÍODOS HISTÓRICOS, COMO A DITADURA MILITAR, SÃO DE FATO, EVENTOS NOS QUAIS O ESTADO DEMOCRÁTICO NÃO FOI RESPEITADO, TODAVIA, MANIFESTAÇÕES AGRESSIVAS SEMELHANTES AOS ATAQUES DE 01 DE JANEIRO DE 2023, POR MAIS QUE EQUIVOCADOS, QUANDO COMPARADOS ÀS AÇÕES EXTREMAS DO PERÍODO EM QUE O PAÍS FOI GOVERNADO POR MILITARES, MESMO APRESENTANDO ATITUDES RADICAIS E EXCESSIVAS, TORNAM-SE FORMA DE EXPRESSÃO POPULAR.

Utilize como repertório sociocultural as obras utilizadas em sala de aula.

Reescrita do texto 1

O acesso à democracia é um direito básico de todo cidadão brasileiro, previsto em lei. Entretanto, muitos brasileiros não exercem esse direito por não saberem o que é a democracia propriamente dita.

Eventos históricos em que o direito de escolha da população foi insignificante [sic] são comuns tanto no Brasil, quanto no restante do globo, principalmente em países nos quais a população aliena-se quanto à realidade e baseia-se somente em “lados políticos”. Contudo, existe uma linha tênue entre ameaças à democracia e manifestações (protestos populares com o intuito de expressar opiniões e exercer seus direitos regidos pela carta magna).

Nos momentos históricos que o Brasil enfrentou como a Legalidade ou o impeachment da presidente Dilma, bem como as manifestações de 8 de janeiro o povo mostrou seu descontentamento diante de coisas que os desagradaram.

Contudo, pode-se concluir que certos períodos históricos, como a Ditadura militar, são de fato, eventos nos quais o estado democrático não foi respeitado, todavia, manifestações agressivas, semelhante aos ataque de 8 de janeiro de 2023, por mais que equivocados, quando comparados as ações extremas do período em que o país foi governado por militares, mesmo apresentando atitudes radicais e excessivas, tornam-se forma de expressão popular.

Foi possível perceber, na reescrita dos textos, a dificuldade dos alunos em alguns momentos em inserir no seu texto o arquivo pedagógico mobilizado, muitos alunos mantiveram-se nas questões atuais do *impeachment* da presidenta Dilma, mobilização decorrente do impacto acerca do documentário “Democracia em Vertigem”, fato recorrente também no momento das esquetes, outro fato que trouxe muito impacto foram as manifestações de 8 de janeiro, pois até o momento da fala em sala de aula, os alunos não percebiam esses ataques como um momento de risco à democracia. No texto 1, o aluno menciona esses dois fatores sem ater-se muito às questões críticas, somente mencionando o que foi pedido pelo professor. Já na reescrita do texto 2, observamos que o arquivo pedagógico mobilizado promove no aluno um olhar sobre as pessoas públicas envolvidas nas questões de fragilidade da democracia fazendo com que o sujeito-aluno não reflita sobre os reais motivos dessa fragilidade estar tão presente na história do Brasil.

Reescrita texto 2

Falando da democracia, afirma-se que houve muitos períodos em que a democracia sofreu ataques que no fim vieram a causar uma mudança na política. Esses conflitos devem-se a um desentendimento entre o povo e o que os políticos exerciam com o “poder” que o povo elegeu.

No entanto todo caos causado pela falta de direitos os quais os cidadãos não exerciam desencadearam grande revolta na população, quando a mesma ficou mais de quinze anos sem votar.

Entretanto após anos os políticos tendem a fazer promessas de mudanças e de, um futuro melhor, porém ao chegarem ao governo não cumprem as suas falas, visto que atitudes assim irão desencadear posteriormente novos conflitos que trarão mudanças políticas. O problema que vem atona (sic) desde meados de 1889 e não vai ter fim.

Vimos em muitos momentos do país questões difíceis sobre a democracia, momentos que perdemos ou quase a democracia em todos os filmes vistos o Brasil estava entregue a vontade das pessoas públicas que não pensaram em nenhum momento no cidadão, mais uma vez não cumprindo suas falas.

Na reescrita do texto 2, o aluno produz reiteradamente o efeito de culpabilização das pessoas públicas acerca das questões de tensão da democracia, assim o aluno menciona em “todos os filmes vistos” como prova dos acontecimentos históricos em que as autoridades não garantiram a democracia e se omitiram para preservá-la. Na reescrita, percebe-se a formação discursiva desse sujeito-aluno que se filia ao movimento de justificar os atentados à democracia como manifestações populares de repúdio à corrupção, isso evidencia-se ao usar o repertório mobilizado para justificar sua posição. Na reescrita o aluno traz afirmações como: “ entregue a vontade das pessoas públicas que não pensaram em nenhum momento no cidadão, mais uma vez não cumprindo suas falas”, esse trecho demonstra claramente o olhar do autor culpando o poder público pelo impeachment sofrido, e repetindo as falas da sociedade civil sobre pedaladas fiscais e corrupção, não questionando em nenhum momento o rito processual não cumprido de afastamento da presidenta.

Reescrita texto 3

A democracia no Brasil enfrentou diversos ataques desde a proclamação da república, que por sua vez deu direitos para a população eleger seus governantes com liberdade igual dos votos, Porém, ao longo da história do país foi realizado vários ataques a essa movimentação política como a ditadura militar e conflitos democráticos.

No filme “Ainda estou aqui” mostra a perseguição exercida pelos militares às pessoas e as formas de repressão. Ele conta a visão de Eunice Paiva que vivencia estes atos ao perder seu marido Rubens Paiva (ex governador da época) (sic) para a ditadura. este ato político se prolongou por vinte e um anos, e depoimentos, documentários e músicas da época revivem esse momento. Em outros filmes podemos ver a democracia sendo afetada como na Legalidade que não deixaram o vice-presidente assumir porque estava na China, gerando uma manifestação popular de grande valor.

Muitas obras artísticas retrataram momentos de perda da democracia, momentos em que o voto não foi levado em consideração e que presidentes foram retirados do cargo sem que tivessem culpa de alguma coisa.

Após este marco o Brasil sofreu várias ameaças a seu direito democrático vivendo muitos problemas políticos e retiradas de presidentes do poder.

Conclui-se que a população vive constantemente lutando pelos seus direitos à democracia e tendo cada vez mais a se manifestar contra qualquer forma de repressão que diminui seu poder de escolha de mudança para o país.

O aluno reitera sua fala ao ser consultado sobre o arquivo pedagógico mobilizado e menciona os filmes e as ocorrências de tensão da democracia nesses momentos, percebe-se que o sujeito-aluno não reconhece a diferença entre manifestações populares e ataques ao sistema democrático, o arquivo pedagógico mobilizado apresentou momentos de manifestações sem que pudesse ser entendido como um momento de fragilidade democrática.

Na reescrita do texto 4, o sujeito-aluno acrescenta um parágrafo a sua primeira escrita, enfatizando uma ação ocorrida no estado do Rio Grande do Sul durante o movimento da Legalidade.

Reescrita texto 4

Sobre a democracia no Brasil é importante falar sobre os diversos ataques que tivemos durante anos. Desde a proclamação da república (1889), até os dias atuais a política democrática foi golpeada várias vezes, começando pelo estado novo (1930) onde o Getulio Vargas suprimiu a constituição que regia o país, com isso, acabando o direito de fala e opinião (sic) do povo, queimando bandeiras, extinguindo hinos regionais e assim uma “1ª ditadura militar”.

Em 1964 tivemos um dos maiores atos antidemocráticos do Brasil, a ditadura militar, onde todos que eram contra o governo, ou seja, contra o exército era torturado, morto, e até mesmo censurado.

O músico Chico Buarque escreveu a música “cálice” onde dizia “cálice, tira de mim esse cálice” que se remetia ao não poder falar suas opiniões.

Com isso nós vemos o quão importante é vivermos na democracia e com isso lutar pelo nosso direito de cidadão de votar e não nos calar.

Como no movimento da legalidade o qual aqui no RS o governador manteve o presidente no poder fazendo um levante popular pois o presidente era seu cunhado e estava viajando para a China, no filme, percebemos a importância do povo nas manifestações para manter a democracia.

Na reescrita do texto 4, podemos perceber a mobilização do arquivo pedagógico em um sujeito-aluno de formação discursiva voltada para os assuntos de tensão da democracia no estado do RS, num olhar muito local para as tensões propostas, o sujeito-aluno menciona o movimento popular da Legalidade, mobilizado pelo arquivo pedagógico “Legalidade - o filme”, porém o aluno não faz uma reflexão crítica acerca dos motivos ou razões pelas quais fizeram surgir o movimento, apenas entende como um modo de resistência democrática.

A reescrita não está proposta apenas como substituição de palavras ou trechos que foram apontados pelo professor como inadequados, a reescrita parte de um movimento de deslocamento de sentidos, a partir do arquivo pedagógico mobilizado constituiria-se uma reinserção de efeitos marcados pela ideologia, pela historicidade e pelo interdiscurso.

Resultado de uma prática escolar solidificada, podemos perceber na reescrita dos alunos esse engessamento acerca apenas da repetição de ideias e substituição de trechos apontados pelo professor, por se tratar de alunos

muito voltados à escrita modelo Enem, o receio em fazer uma reescrita que pudesse mover a formação discursiva os levaram a produzir argumentação com posições, muitas vezes, vacilantes. Na proposta de reescrita mobilizou-se o aluno a usar o arquivo pedagógico como recurso contundente de construção da argumentação, porém a interlocução não foi efetiva no que tange a um olhar de construção e ampliação de sentido no texto proposto.

4.3.1 Esquetes

O arquivo pedagógico apresentado na intervenção foi ainda mobilizado na produção oral de esquetes encenadas para outras duas turmas do terceiro ano do ensino médio, em sala de aula. Nas esquetes, os alunos fizeram representações dos momentos de tensão da democracia no país, os quatro grupos se detiveram sobre o *impeachment* da presidente Dilma em 2016, o qual foi mostrado aos alunos o filme “Democracia em Vertigem”. Nota-se que os estudantes ficaram impactados com as cenas dos bastidores da saída da presidenta, as quais, durante o documentário, foram mostradas de perto pela diretora Petra Costa que produz o fio narrativo dos acontecimentos na produção audiovisual. Após a exibição do documentário, apontamentos da professora evidenciam o impacto do que ocorreu por detrás do que a grande mídia apresentou, os alunos explanam que não sabiam de tanto do que havia acontecido.

Dois grupos apresentaram momentos da votação do *Impeachment*, um dos momentos representados foi quando o deputado Jean Willys cospe no então deputado Jair Bolsonaro por fazer apologia a torturadores da presidenta Dilma Rousseff, quando foi presa na época da ditadura.

Outros dois grupos apresentaram cenas de tortura durante a ditadura militar, pois foram bem impactados pela obra cinematográfica “Ainda estou aqui” que estava em alta no momento da intervenção pedagógica por conta das indicações e devidas premiações do Oscar. No início do ano letivo, a escola exibiu o filme aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, por entender ser

importante, em ano de prova do Enem, o conhecimento dos alunos sobre tal obra cinematográfica. Tais práticas foram bem chocantes e alguns alunos quiseram demonstrar como alguns métodos de tortura eram feitos, tais como interrogatórios conduzidos de forma agressiva até mesmo com gritos e coerção das testemunhas.

Percebemos que os momentos mais recentes como o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e os ataques de 08 de janeiro - mobilizados em sala de aula pelas rodas de conversa e debates acerca do tema - foram os que mais mobilizaram os estudantes, pois se viram parte da história ao lembrarem dos acontecimentos ocorridos mesmo que ainda fosse na infância. Com isso puderam perceber que poderiam se colocar na posição de autores dos próprios textos.

Roteiro de esquete produzido pelos alunos:

TÍTULO: UM ATO DE INJUSTIÇA

PERSONAGENS:

Pedro: Professor e irmão de Ana.

Ana: Estudante universitária e irmã de Pedro.

Dona Laura: Mãe de Pedro e Ana. Dona de casa.

Policial Rocha: Policial.

CENA:

Em um quarto simples, há uma mesa com papéis espalhados, livros velhos, um rádio antigo que toca baixinho. É noite. O som de sirenes se mistura com o vento que entra pela janela que ainda não havia sido fechada completamente. Ana está andando de um lado pro outro, visivelmente nervosa. Dona Laura costura em silêncio, mas não consegue disfarçar a preocupação. O rádio chia ao lado dela.

ANA: Mãe... eu preciso ir. Eles tão esperando. Vai ter uma reunião hoje sobre um trabalho importante da faculdade.

DONA LAURA: Ana, por tudo que é mais sagrado... não vai. Não hoje. Tá perigoso.

ANA: Eles já levaram o Rafa, mãe. Ele nem tava com nada! Só porque falou

umas verdades... e agora querem pegar todo mundo que pensa.

DONA LAURA: E você quer ser a próxima? Quer sumir que nem os outros? Eu não vou aguentar perder mais um filho...

Ela para de costurar, mãos trêmulas. Nesse momento, a porta se abre rápido. Pedro entra apressado. Ele está ofegante, com sua pasta nas mãos.

PEDRO: Ana, pelo amor de Deus... você ainda não saiu?

ANA: Não, mas vou. Eles precisam de mim. E você devia estar lá também.

PEDRO: Você acha que eu não quero? Mas eu sou professor, Ana. Eles tão vigiando tudo. Eu já fui chamado na diretoria semana passada só por causa de uma frase que falei em aula. Eles tão só esperando um motivo pra me ferrar.

ANA: E você vai se calar pra sempre? Vai engolir tudo? Eles querem isso da gente! Que a gente se cale por medo.

PEDRO: E se calar for o único jeito de ficar vivo?

ANA: Então não é vida, Pedro. É só medo.

De repente, barulho de motor. Sirenes mais próximas. Luzes vermelhas e azuis piscam pela janela. Alguém bate forte na porta. Três batidas secas. Dona Laura se levanta, assustada.

DONA LAURA: Jesus amado...

PEDRO: Não abre, mãe! Espera...

A porta é arrombada com violência. Quatro homens armados entram. Um deles é o policial Rocha, com cara fria e impassível. Dois policiais já vão direto para a estante de livros. Outro começa a mexer nos papéis em cima da mesa.

AGENTE ROCHA: Polícia. Temos ordem de busca e apreensão. Alguém aqui está envolvido com material subversivo.

DONA LAURA: Aqui não tem nada, moço! É só minha casa! Só meus filhos!

ANA: Vocês não têm direito! Isso aqui é nosso!

Ana toma a atenção do policial Rocha para si, que agora encara a mulher.

AGENTE ROCHA: Qual o seu nome, menina?

ANA: Ana Júlia Ferreira.

AGENTE ROCHA: E você?

Ele agora olha para Pedro, que não responde de imediato.

PEDRO: Pedro Ferreira. Sou professor.

AGENTE ROCHA: Achamos o que viemos buscar.

Um dos policiais segura um livro com capa vermelha.

POLICIAL 2: Aqui, senhor. “Educação e Liberdade”. Nome dele tá na dedicatória.

AGENTE ROCHA: Professor Pedro Ferreira, você está preso por disseminar ideias contra a ordem pública.

DONA LAURA: Não! Ele não fez nada! Ele só dá aula!

PEDRO: Mãe... calma. Eu vou ficar bem.

ANA: Vocês não têm prova de nada! Isso é um absurdo!

AGENTE ROCHA: A senhora também pode ser levada, moça. Escolha suas palavras.

Pedro se aproxima de Ana e fala baixinho, com o coração na garganta.

PEDRO: Não se cala, Ana. Promete pra mim. Resista até o final. Não deixa eles calarem tudo.

ANA: Eu prometo para você, irmão.

Os policiais colocam algemas em Pedro. Ele abaixa a cabeça. Dona Laura chora baixinho, quase sem ar. Ana tenta conter o choro, mas seus olhos estão cheios. O rádio chia. A música some. Só fica um zumbido. Barulho da porta batendo com força quando eles saem com Pedro. Silêncio. Ana fecha a porta. Se abaixa. Olha pro livro vermelho que ficou caído no chão. Pega. Segura firme.

FIM.

Ao analisarmos esse roteiro de esquete pudemos perceber a formação discursiva mobilizada no texto, bem como as marcas de autoria como o clima que foi criado de tensão e medo, os diálogos que levam a criticar um governo repressor, que deseja controlar os sujeitos a partir do Aparelho Educacional. Nota-se que, na execução do roteiro e da modalidade a ser apresentada, o formato mais livre permitiu que as formações discursivas ficassem mais aparentes e as expressões de repúdio aos momentos de violência e tensões democráticas puderam ser mais visíveis. Notamos que os critérios avaliativos da redação modelo ENEM não colaboram para a autoria do texto propriamente

dito, dificultando o posicionamento do aluno por questões de receio na redução de sua nota. Concluímos que, para a assunção do aluno à posição-autor de forma que manifeste a ideologia com a qual se identifica, precisa-se de textos menos engessados e que não estejam submetidos a avaliações com critérios tão específicos como o modelo ENEM.

5. Produto Pedagógico

Requisito para conclusão do Programa de Pós Graduação no Ensino de Línguas - Mestrado profissional, o produto pedagógico é responsável pela culminância do trabalho discente e revela as diversas possibilidades de legado que um programa de mestrado efetivamente contribui no processo de formação continuada.

Com o intuito de eleger a argumentação como elemento fundamental na escrita de textos das aulas de Língua Portuguesa, pensamos em um produto pedagógico voltado aos professores da área e que auxilie na construção de textos protagonizando o aluno como sujeito-autor, tais textos que serão orientados pelos professores mas produzidos pelos alunos devem desfazer evidências, e fugir do efeito de consenso e do lugar comum.

Foi pensada a construção de um *site* de amplo acesso <https://argumen.wixsite.com/argumenta> gratuito, direcionado aos professores que desejem trabalhar com a construção de textos dissertativo-argumentativos em sala de aula. O produto apresentou todas as etapas do trabalho, exemplos de produções de alunos, textos motivadores, os *links* para acesso aos filmes e documentários, foram incluídos a bibliografia na qual o presente projeto está baseado.

O site contemplou as diversas etapas do trabalho com o tema proposto, o arquivo pedagógico e a Unidade Didático Discursiva além de alguns materiais teóricos utilizados para nortear o trabalho em sala de aula.

Com a finalidade de montar um recurso prático que dê o passo-a-passo de como fazer um trabalho de argumentação pelo viés da Análise do Discurso, a UDD foi revisada após as análises e inserida no *site* que funcionou como produto pedagógico do Mestrado Profissional em Ensino de Línguas. Abaixo a imagem de abertura do site.



Figura - 01 Capa Site - Produto pedagógico

6. Considerações finais

Partindo do objetivo proposto neste trabalho que era empreender, a partir da escrita dos alunos, a análise de suas tomadas de posição em sala de aula e a quais formações discursivas tais textos se filiam, analisamos o funcionamento da argumentação em textos do modelo Enem a fim de desenvolver uma proposta didática direcionada ao desenvolvimento da autoria. Nas análises, observamos o posicionamento do aluno no texto por meio dos movimentos de paráfrase e polissemia, pois as tomadas de posição são mais evidentes a partir das polissemias marcadas no texto. Logo, não foi possível observar essa tomada de posição marcada nas escritas em virtude do efeito normativo que o exame produz.

Observamos que as posições tomadas pelos alunos sofrem interferência do modelo de texto trabalhado na intervenção pedagógica que foi Redação Modelo Enem, visto que por sua estrutura fixa de escrita, não foi possível, em alguns aspectos, observar a formação discursiva com a qual o sujeito-aluno se identifica em sua produção.

Verificou-se, muitas vezes, uma escrita vacilante que não se compromete com nenhuma posição ideológica, tal estratégia, muitas vezes, ensinada até mesmo em sala de aula ou em cursinhos preparatórios, leva o sujeito-aluno a uma escrita que não se filia a uma formação discursiva evidente.

Observamos que o aluno que vem numa preparação contínua para ingresso no ensino superior via Enem, acostuma-se com uma escrita o mais isenta possível de autoria, muitas vezes usando argumentos do senso comum ou de natureza ambígua. Além disso, a ausência de título, bem como, de recursos de reescrita principalmente sem um visível deslocamento de sentidos evidenciam essa natureza vacilante.

Observamos, em nossa análise, que o modelo engessado de texto escrito para o Enem faz com que a autoria e a presença de polissemia tornem-se difíceis de serem evidenciadas, pois, ao submeter uma escrita a critérios tão específicos de avaliação, não se permite que o aluno desenvolva, em sua escrita, efeitos de originalidade e criatividade.

Ao sugerir que os alunos escrevessem roteiros de escrita para a produção de esquetes, percebeu-se a liberdade que permitiu muitos recursos evidenciando momentos de tensão da democracia: dramaticidade, diálogos repressores, violência, opressão.

Entendo que, por se tratar de ficção, as esquetes permitiram que os alunos conseguissem uma posição de autoria mais evidente e mais próxima dos movimentos polissêmicos, durante a proposta do texto no modelo ENEM as tomadas de posição ficaram longe de um lugar autoral. O receio de um posicionamento mais incisivo não revelou a posição do sujeito-aluno, pois a perspectiva de uma avaliação por uma banca no texto modelo ENEM pode acarretar num recuo no que tange ao movimento das posições discursivas. Destaca-se, com isso, que a esquete funcionou como um gênero textual mais propenso a essa tomada de posição autoral.

7. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FERNANDES, C.; VINHAS, L. I. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da análise do discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 133-151, jan./abr. 2019.

FERNANDES, C. Procedimentos para uma intervenção pedagógica na perspectiva discursiva. *Revista Linguagem & Ensino*, 24(3), 398-421, (2021).

GARCIA, Fernanda; RODRIGUES, Andrea. Arquivos pedagógicos, leitura e escrita: uma proposta para o ensino fundamental. *Revista Só Letras*, RJ, n. 47, p. 319-335, 2023.

LACERDA, Gustavo Haiden de. "A escrita de si e o funcionamento imaginário atuante no gesto de comentar no Facebook". *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 11, n. 3, p. 296-316, set.-dez./2021. DOI: 10.22168/2237-6321-32171.

ORLANDI, Eni. Argumentação e análise de discurso: conceito e análises. Campinas: Editora Pontes, 2023.

ORLANDI, Eni P. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. 12 Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni P. Texto e discurso. *Organon*, Porto Alegre, v.9, n. 23, p. 111-118, 2012.

ORLANDI, Eni P. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Editora Vozes, 1999.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: As Formas do Discurso*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.

PÊCHEUX, Michel. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RASIA, Gesualda. (2017) "O espaço de interpretação na prova do Enem: da pergunta ao encontro com a incompletude dos sentidos". In: BENEDETO FLORES, Giovanna G. et al. (orgs.). *Análise do Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes, 2017, pg.333 a 346

Democracia em Vertigem. Direção: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara, Shane Boris, Petra Costa. Brasil, 2019. 100 minutos. Disponível em: Netflix.

Legalidade. Direção: Zeca Brito. Produção: Vanessa Ragagnin, Leonardo Miggiorin, Eduardo Colombo. Brasil, 2019. 115 minutos. Produtora: Prana Filmes. Disponível em: Globo play.

Canal do YouTube. "Intervenção pedagógica em uma abordagem da Análise Materialista do Discurso". [Transmissão ao vivo]. YouTube, 15 de abril de 2023, URL.